



ESCOLA, ESTADO E RELIGIÃO NA COMUNA DE PARIS: RELEMBRANDO ALGUNS PONTOS NECESSÁRIOS À PRÁTICA REVOLUCIONÁRIA

ANDRÉ LUCIANO DA SILVA

EIXO: 3. EDUCAÇÃO NO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS

ESCOLA, ESTADO E RELIGIÃO NA COMUNA DE PARIS: RELEMBRANDO ALGUNS PONTOS NECESSÁRIOS À PRÁTICA REVOLUCIONÁRIA

1. Introdução

Quando em 18 de março de 1871 se ouviu o grito em Paris: Viva a Comuna! Estava dado o início do desenvolvimento de um dos grandes acontecimentos históricos e importantes para a classe proletária revolucionária em âmbito mundial. Dava-se como confirmada a possibilidade objetiva de que o fim da história como pretendiam, e ainda pretendem os diversos teóricos das classes dominantes, não é a sociedade capitalista, mas sim que mediante as decisões concretas dos homens, podemos nos dirigir para além do capitalismo e de suas formas desumanizantes.

No entanto, esse levante popular estava com seus dias contados, visto que as decisões após a tomada do poder pelos operários parisienses não almejavam, no real, no concreto, ir para além do capital, mas sim se operou por mudanças políticas e institucionais e não estruturais econômicas.

As ações dos comunardos iam não contra o capital, para destruí-lo pela raiz, mas se dava por mudanças de suas "estruturais secundárias".

Apesar de Karl Marx compreender as limitações desta importante possibilidade histórica para a classe revolucionária, alegrou-se pelo movimento, pois este compreendia em bases reais e concretas a possibilidade da revolução proletária. Ao mesmo tempo, demonstrou como são ingênuas e infrutíferas as práticas revolucionárias que não buscam ir às raízes do capital para destruí-lo.

[...] a Comuna deixou de realizar, no terreno econômico, coisas que, do nosso ponto de vista atual, devia ter feito. O mais difícil de compreender é, sem dúvida, o sagrado temor com que aqueles homens se detiveram respeitosamente nos portões do Banco da França. Foi esse, além do mais, um grave erro político. Nas mãos da Comuna, o Banco da França teria valido mais do que dez mil reféns. Teria significado a pressão de toda a burguesia francesa sobre o governo de Versalhes para que negociassem a paz com a Comuna (ENGELS, 2012, p.21).

Todavia, neste exemplo histórico, as mudanças que os insurretos operaram em relação à instrução foram bastante interessantes.

Em seus primeiros decretos os comunardos delegaram que o poder do Estado e da Igreja sobre a ação instrutiva nas Comunas fosse abolido, e que o Estado torna-se laico.

Que os padres voltem para os seus conventos! E que a igreja, por sua vez, não interfira nos assuntos da educação e do governo da Comuna!

Este contexto importante e ao mesmo tempo pedagógico para o movimento revolucionário nos parece que deve ser resgatado como exemplo histórico-prático, pois, os vários discursos que exaltam a educação escolar como instrumento

messiânico, salvador dos indivíduos e agente de desenvolvimento humano estão descolados do complexo estrutura-reprodução das condições de desumanidade promovida pelo capital. O que, conseqüentemente, desemboca em interpretações errôneas em relação ao entendimento das origens e desenvolvimentos das manifestações das desigualdades sociais e econômicas.

Querem abolir as desigualdades sociais por meio de ações políticas, por “decretos”, pelo Estado!

As desigualdades sociais e econômicas são estruturais às sociedades de classes, onde a exploração do homem pelo homem é nutrida. A sociedade capitalista, como uma sociedade de classe, necessita dessa estrutura de desigualdades, senão não pode acumular capital.

Outro elemento fundamental que está presente ainda no contexto da educação escolar, e não só nela, mas também em vários outros ambientes da ação governamental que se dizem laicos, é a presença da religião, em nosso caso a religião católica é a mais presente. Esta ainda influencia bastante os nossos discentes, docentes e familiares e isso desemboca para reproduzir visões místicas da origem do homem e do mundo que prejudicam compreender a realidade como ela é. Expostas essas questões iniciais tornou-se necessário resgatar, relembrar, como se deu a experiência da Comuna de Paris em relação à escola, ao Estado e à religião para demonstrar na história a ineficiência das práticas revolucionárias que se orientam pelas reestruturações do capital e não pela sua destruição definitiva.

Diante disso, as ponderações de Ivo Tonet e de István Mészáros acerca das limitações da educação escolar e da formação humana em sociedade de capital tornam-se elementares para compreendermos os impasses estruturais do capital. E as ponderações de Lênin relembram que para nos dirigir a uma sociedade onde as condições da emancipação humana sejam reais e concretas dever-se-á abolir as fantasias da humanização do capital e de sua estrutura, pois sua lógica não deve ser reeducada ou corrigida, mas sim deve ser destruída.

No esforço de demonstrar isso, este artigo está estruturado da seguinte forma: em início teceremos alguns apontamentos sobre a gênese da Comuna de Paris apresentando seus desdobramentos e importância para a história.

Em seguida, abordaremos como se deu a relação entre escola, religião e Estado no âmbito do movimento dos comunardos, observando como eles abordaram essas questões em prol do desenvolvimento de uma cidade autogestionária, livre dos desígnios da religião e do Estado burguês francês.

Num terceiro momento, explicitaremos sobre os limites da educação e da emancipação humana na Comuna de Paris. Assim como apresentaremos as ponderações de Lênin acerca das ações necessárias à promoção da emancipação humana mediante a concretude de uma sociabilidade livre da exploração do homem pelo homem. Por fim, teceremos nossas considerações finais.

2. A Comuna de Paris (1871): alguns apontamentos

Os princípios defendidos na Revolução Francesa (1789) - igualdade, fraternidade e liberdade – que levaram os burgueses e a maioria da população a se rebelar contra o regime feudal e absolutista e as suas classes dominantes, mostraram-se com novas nuances quando deferidos os golpes finais nas “velhas classes dominantes francesas”.

Com “o cargo de classe dominante vago” os segmentos da burguesia logo se põe como os mais aptos a “desenvolver” a nova sociedade pós-revolucionária. Neste desenvolvimento, a burguesia anteriormente revolucionária tornou-se reacionária, e os princípios ganharam novas denotações. O que a maioria do povo parisiense ainda não compreendia era que não se havia acabado a sua condição de dominado, apenas mudou-se quem manejaria o chicote que o açoitara.

As relações entre dominantes e dominados na França pós-revolucionária se mostraram com todas as suas expressões com o crescimento da miséria e a centralização da riqueza em poucas mãos. A liberdade, a igualdade, e a fraternidade eram para o capital e não para os homens em geral.

Essas questões se volumam com as guerras civis, e as revoluções de 1830, e de 1848, onde a maioria da população francesa servia de duas formas: ou como soldados ou como os pagadores dos ônus das guerras.

Em 19 de julho de 1870 temos outra guerra, a guerra franco-prussiana

Esta guerra foi impulsionada pela cobiça do governo dos dois Estados: pela Prússia, na figura do chanceler Otto von Bismarck que tinha grande interesse de travar uma guerra contra a França. Primeiro, porque tinha conhecimento que o exército francês estava medíocre devido as grandes manifestações e revoluções na França. Segundo, porque sabia que as tropas dos Estados alemães do sul o auxiliaria na guerra. E por fim, porque este queria unificar a Alemanha, e a França era um empecilho a esta realização.

A França, na pessoa do imperador Luís Napoleão Bonaparte – o Napoleão III- queria impor seu poder político exigindo que o imperador da Prússia impedisse com que seu parente, Leopoldo de Hohenzollern, aceitasse a coroa da Espanha que estava desde 1868 sem um rei.

Bismark, por sua vez, retrucou a pressão do imperador francês, e este declarou guerra a Prússia.

Na cidade de Sedan, na Áustria, Bonaparte foi capturado, obrigado a assinar a sua rendição e a pagar uma indenização de guerra de cinco bilhões de francos de ouro, além de entregar o território da Alsácia-Lorena, rico em carvão e hematita (minério de ferro) aos vencedores, os prussianos. No entanto, a Paris revolucionária não se rendeu. Erguendo-se em armas, uma insurreição popular formada por operários parisienses se preparou para defender a cidade de Paris dos invasores prussianos.

Com a Proclamação da Segunda República da França, em 4 de setembro de 1870, foi estruturada uma Assembleia Constituinte, onde o estadista e representante da aristocracia francesa, Adolphe Thiers, foi eleito.

A defesa nacional era tida como o objetivo principal da Assembleia, no entanto, o novo governo francês buscava reaver os velhos privilégios das classes possuidoras - os grandes latifundiários e os capitalistas - que foram prejudicados pela centralização do poder político nas mãos dos Imperadores golpistas: o general francês, Napoleão Bonaparte (1804) e depois pelo seu sobrinho Luís Napoleão Bonaparte (1852). E para isso, Thiers precisava que as forças parisienses baixassem as armas e que se rendessem, tanto que organizou a capitulação do governo aos prussianos; contrariando o objetivo da Assembleia de organizar a defesa nacional.

Marx em seu texto *A Guerra Civil na França* (2012a) descortina as artimanhas e malevolências das classes possuidoras e as ações contrarrevolucionárias do governo francês, na figura de Thiers.

O primeiro passo que este homenzinho perigoso, como ironizava Marx, precisava fazer era desarmar a classe operária que representava a defesa da nação em Paris. Assim, segundo Marx (2012a) e Engels (2012), os esforços de Thiers era baixar as armas do operariado para dar prosseguimento as suas ambições capitalistas.

Sobre o pressuposto de que “a artilharia da Guarda Nacional de Paris pertencia ao Estado e devia ser devolvida”, Thiers planeja sua traição. Porém, em resposta, a classe operária nega depor as armas e põe-se a defender outra forma de governo para Paris. Eis a constituição da Comuna de Paris, o levante da maioria do povo parisiense às imposições do novo governo autoritário e às tropas prussianas que cercaram por 131 dias Paris.

Obviamente, as péssimas condições de trabalho, a miséria da população, a estrutura da instrução, a força religiosa etc., foram outros elementos que impulsionaram o levante.

Posto isto, segundo Marx (2012a, p. 84), “Ao alvorecer de 18 de março de 1871, Paris foi despertada com o Clamor: ‘Viva a Comuna!’”. Com o apoio do Comitê Central da Guarda Nacional que se rebelou contra os seus comandantes franceses, os comunardos lutaram contra as tropas prussianas e as tropas francesas de Versalhes.

Neste ambiente de luta e resistência da Comuna, homens, mulheres, velhos e até crianças lutaram nas barricadas contra as tropas em defesa dos seus ideais de liberdade e de emancipação.

O objetivo dos comunais, segundo Karl Marx (2012a), era a supressão dos antagonismos de classe entre capitalistas e operários franceses. Mais também se constituiu numa forma de se rebelar contra as condições de miséria que atingiam a maioria dos franceses operários naquele período, ocasionadas pelas constantes guerras que o Estado enfrentava.

Neste contexto, ela, a Comuna, se constituiu num levante popular em nome do trabalho, da garantia da alimentação, da liberdade, da educação laica etc., para os franceses que se encontravam famintos, em condições precárias de trabalho; sem liberdade; e com uma educação escolar embasada metodológica e teoricamente ainda nos anseios religiosos.

Este cenário é bem retratado no filme *A Educação na Comuna de Paris* (2014), onde se observa a pobreza e a miséria dos comunardos, e paralelamente a este, o luxo de alguns integrantes da classe burguesa em Versalhes.

Ora! A edificação de uma alternativa a forma de sociabilidade capitalista tornou-se um perigo aos ideários do capital, pois era uma nova forma de governo, onde o poder estaria nas mãos dos operários. Era um governo dos operários, um exemplo de ditadura do operariado. Que se fortalecia a cada vitória dos comunardos contra o enfraquecido exército francês de Versalhes e as investidas das tropas prussianas.

Os operários buscavam se emancipar daquelas relações de miséria, de pauperismo e de dominação que se encontravam, enquanto Thiers escamoteava a realidade desses muitos moribundos e escravos do trabalho, chamando-os de “bandidos” de Paris.

Diante disso, com a constituição da Comuna de Paris a nova classe dominante se defrontava com os seus algozes, pois, para Marx (2012a, p.95-96) “Eis o seu verdadeiro segredo: a Comuna era, essencialmente, um governo da classe operária, fruto da luta de classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política afinal descoberta para levar a cabo a emancipação econômica do trabalho”. Quer dizer, a Comuna e seus insurgentes tornavam-se um perigo para a hegemonia, tanto do capitalismo quanto para as classes dominantes. Assim, deveriam ser combatidos e aniquilados em nome do progresso do capitalismo.

Neste contexto de quase dois meses de resistência, Thier foi autorizado pelos prussianos a aumentar seu exército e aniquilar aquele “vírus cancerígeno”. Assim, em 02 de abril, Paris foi atacada pelo exército de Versalhes, e em 10 de maio de 1871, um grande número de comunardos foi exterminado, outros penalizados a trabalho forçado e outros

exilados.

A velha burguesia não perdoou aquelas camadas populares que ousaram levantar-se contra a exploração capitalista e exigir melhores condições de vida. Segundo Marx (2012a, p. 94) “A simples existência da Comuna implicava, como algo evidente, um regime de autonomia local”, e por isso, enfrentava a permanência das ideias burguesas, e a própria existência do Estado burguês francês.

A existência da Comuna trouxe para a classe operária um exemplo histórico de que a burguesia pode ser combatida e superada. E foi nesta experiência, também, onde Marx e Engels, e posteriormente Lênin observaram tantos os acertos quanto os erros dos comunardos para fortalecer as estratégias revolucionárias futuras.

3. Escola, Estado e Religião na Comuna de Paris

Desde a cisão imposta pelos revolucionários franceses em 1790 entre Igreja e Estado, onde foi submetida ao clero a condição de assalariado e de obediência ao governo revolucionário, tanto os clérigos quanto os nobres buscaram reaver seus velhos privilégios perdidos. E isso aconteceu no império de Napoleão, pois este

[...] percebeu que era necessário um acordo com a Igreja. [Assim] Realizaram, então, um acordo que estabelecia as seguintes condições: o governo francês aceitava o catolicismo como religião oficial do país e comprometia-se a sustentar a Igreja e os clérigos; o papa aceitava a nacionalização das propriedades eclesiásticas, efetuadas pela revolução, o que tranquilizava os novos proprietários de terras. Para enfraquecer ainda mais os partidários da restauração do absolutismo, Napoleão decidiu anistiar todos os nobres franceses que jurassem fidelidade ao novo regime. Com isso mais de uma centena de nobres exilados retornaram a França (CÁCERES, 2004, p.290).

Com suas vantagens garantidas estas duas classes parasitas apenas sofrerá grandes mudanças com a Comuna. Enquanto isso, a religião católica voltava a exercer sua influência na população camponesa e proletária, sobretudo no campo da instrução.

Neste contexto, a instrução e a escola, no cenário pós-revolucionário francês, a partir do Império, e antes da iniciativa da Comuna, ainda estavam orientados nos ideários da religião católica. A escola nestes pressupostos pregava a submissão e a naturalização das desigualdades sociais e econômicas para os filhos das massas. Por sua vez, a escolástica acentuava a submissão da massa à naturalidade entre ricos e pobres, e assim a sina destes a um sofrimento terreno. Era uma postura contrária ao Iluminismo que norteou os revolucionários franceses.

No filme, *A Educação na Comuna de Paris* (2014) há a representação dessas relações entre religião-instrução, onde a escola é apresentada como o espaço do aprender a orar, a ler e a escrever os textos sagrados; onde a postura, a moral, a obediência aos seus superiores eram aprendizados necessários. Aí, a religião era o meio e o fim para os pobres. Havia ainda a separação por gênero, onde os tutores eram padres para os meninos e freiras para as meninas. Esta escola representava um espaço ainda de “inculcamento”, que compreendia as crianças como “papeis em branco”. Ensinava-se como se as ideias fossem perenes, e imutáveis.

Neste contexto, a Igreja desempenhava uma função fundamental de produção e reprodução do consenso, passivo ou ativo, da maioria da população perante o status quo. Seja na Igreja, seja na escola, a religião católica se colocava como um dos agentes necessários à permanência da dominação classista e da exploração do homem pelo homem, assim como representava um dos instrumentos necessários aos diversos governos franceses.

Com a proclamação da Comuna de Paris, em 28 de março de 1871, os comunardos reavêm os ensinamentos dos primeiros revolucionários franceses atacando primeiramente a força física de repressão do Estado burguês francês, pois suprime, no dia 30, o serviço militar obrigatório e o exército permanente, reconhecendo apenas a Guarda Nacional como a única força armada formada por todos os cidadãos franceses válidos. Por sua vez, a polícia tornar-se um instrumento da Comuna, responsável e substituível a qualquer momento.

Já no dia 2 de abril de 1871 os comunardos atacaram a força espiritual de repressão da religião ordenando a separação entre Igreja e Estado, e de todas as subversões deste para fins religiosos. Os bens da Igreja foram tornados propriedade nacional, e no dia 8 do mesmo mês e ano foi declarado que se retirassem de todas as escolas os símbolos, imagens, dogmas, e orações religiosos.

[...] a Comuna estava impaciente por destruir a força espiritual de repressão, o “poder dos padres”, decretando a separação da Igreja do Estado e a expropriação de todas as Igrejas como corporações possuidoras. Os padres foram devolvidos ao retiro da vida privada, a viver dos óbolos dos fiéis, como seus antecessores, os apóstolos. Todas as instituições de ensino foram abertas gratuitamente ao povo e ao mesmo tempo emancipadas de toda a intromissão da Igreja e do Estado. Assim, não somente se punha o ensino ao alcance de todos, mas a própria ciência se redimia dos entraves criados pelos preconceitos de classe e o poder do governo. (MARX, 2012a, p.90-91).

E Engels (2012, p. 16) complementa expondo que “foi dada ordem, a 8 de abril, para que se retirassem das escolas todos os símbolos religiosos, [...] em uma palavra, ‘tudo o que esteja na órbita da consciência individual’, ordem que foi sendo posta em prática pouco a pouco”.

A Comuna destruiu a força espiritual de repressão, ou seja, a força dos padres e suas influências no ensino. Promovendo uma escola gratuita e para todos, os comunardos laicizaram o ensino. Lombardi (2001) sintetiza a essência da escola assumida pelos comunardos quando a expõe como de caráter público, gratuito, popular e voltada ao atendimento de todos. A escola e o ensino tornaram-se livres das influências da religião, das classes e do Estado burguês; pois se norteava por uma perspectiva formativa e pautada exclusivamente no método experimental e científico.

Marx também expõe essas ideias em seu texto Crítica ao Programa de Gotha (2012b) quando aborda sobre a necessidade “pelo menos, [de] escolas técnicas (teóricas e práticas), combinadas com as escolas públicas” (MARX, 2012b, p.46), e que era inadmissível a educação popular a cargo do Estado, pois, para ele: uma coisa é determinar por meio de lei gerar os recursos, os materiais, o pessoal e etc., e outra é designar o Estado como o educador do povo. Ao contrário, expõe Marx, “é o Estado quem necessita de receber do povo uma educação muito severa”. (MARX, 2012b, p.46). E continua expondo que: a escola deve ser desintoxicada de toda influência, seja por parte do Estado, seja por parte da Igreja.

Assim, segundo Marx, diferente da limitada “liberdade de consciência burguesa” que tolera qualquer tipo de liberdade de consciência religiosa, [é necessário almejar], ao contrário desta, “libertar a consciência de todas as fantasmagorias religiosas” (MARX, 2012b, p.47).

Os comunardos, e Marx servindo-se das experiências destes revolucionários, compreenderam a funcionalidade da religião nas sociedades de classes, por isso, deveriam afastá-la das escolas. O Estado, por sua vez, não poderia ser o educador do povo, mas sim deveria garantir por meio de leis os recursos materiais, pessoais e etc. para o funcionamento da educação escolar.

Como um dos decretos dos comunardos era que o salário de um funcionário da Comuna não deveria ser superior a 6 mil francos (decretado em 1º de abril de 1871); e alegava que todos os funcionários, sem exceção, seriam demissíveis a qualquer momento, amovíveis, e responsáveis; supõe-se que os professores também estariam nestas condições.

Assim, os professores como funcionários públicos da Comuna deveriam ser responsáveis e demissíveis a qualquer momento, e receberiam um salário igual ao de um proletário.

4. Os limites da Educação e da Emancipação Humana na Comuna de Paris

Para Marx, como já havíamos referenciado, o movimento da Comuna de Paris consistia num levante do povo parisiense e não um movimento socialista. Porém, diz Lênin (2010, p.57), diferentemente de Plekhanov (marxista russo), Marx não renegou o levante popular, mas sim “saudou com entusiasmo a revolução proletária”. Expondo-a como “uma experiência histórica de enorme importância, um passo para frente na revolução proletária universal, uma tentativa prática mais importante do que centenas de programas e argumentos” (LÊNIN, 2010, p.58).

E muitos foram os elementos que possibilitaram a Marx interpretar o movimento dos comunardos como um levante importante, porém limitado.

Como o próprio Marx (2012a, p.107) observou:

Em todas as revoluções, ao lado dos verdadeiros revolucionários, aparecem homens de outra têmpera. Alguns deles, sobreviventes de revoluções passadas, que conservam sua devoção por ela, sem visão do movimento atual, porém donos ainda de sua influência sobre o povo, por sua reconhecida honradez e valentia, ou simplesmente por força da tradição; outros são charlatães que, em virtude de repetir ano após ano às mesmas objurgatórias estereotipadas contra o governo do dia, conseguiram fazer-se passar por revolucionários de pura cepa.

Já Engels (2012, p. 21-22) vinte anos depois do movimento dos comunardos teve a oportunidade de destrinchar sobre os membros que faziam parte da Comuna explicitando que:

Os membros da Comuna dividiam-se em uma maioria de blanquistas [seguidores de Auguste Blanqui], que haviam predominado também no Comitê Central da Guarda Nacional, e uma maioria composta por membros da Associação Internacional dos Trabalhadores, entre os quais prevaleciam os adeptos da escola socialista de Proudhon. [...] Sem dúvida, cabe aos proudhonianos a principal responsabilidade pelos decretos econômicos da Comuna, tanto no que

tenham de positivo como de negativo; aos blanquistas, cabe a principal responsabilidade pelos atos e as omissões no terreno político.

Contribuindo com essa passagem, Cáceres (2004, p. 302) aponta que os blanquistas apesar de ter um logo passado revolucionário não tinham um partido de massa organizado, pois acreditavam que “as massas eram ignorantes e a revolução deveria ser feita por uma elite consciente, por meio de uma conspiração. O importante era a revolução política, o assalto ao poder. Não tinham nenhum programa econômico e seu comunismo era muito vago”. Já os seguidores do pensamento do socialista Proudhon eram adversários da luta de classes propostas por outras correntes, como o marxismo. Sua atuação consistia “em ser contrários à insurreição, às greves e à própria organização dos trabalhadores. Seu ideal político consistia em pedir aos governantes que liquidassem, uma após outra, as engrenagens do Estado” (CÁCERES, 2004, p. 302).

Nestes preceitos a Comuna se limitava a combater a força de repressão física estatal e a força de repressão espiritual da Igreja, porém não tinha um programa de tomada de poder e de manutenção com vistas a um “Estado socialista”. Ou seja, as ações da Comuna

Não se tratava de destruir a unidade da nação, mas ao contrário, de organizá-la mediante um regime comunal, convertendo-a numa realidade ao destruir o poder estatal, que pretendia ser a encarnação daquela unidade, independente e situando acima da própria nação, em cujo corpo não era mais que uma excrescência parasitaria (MARX, 2012a, p 92).

Foi também por esses motivos que Marx (2012a, p. 84) escreverá que “[...] a classe operária não pode limitar-se simplesmente a se apossar da máquina do Estado tal como se apresenta e servir dela para seus próprios fins”. Assim, não é apenas uma questão de democratizar o acesso às instituições etc., mas

A Comuna devia servir de alavanca para extirpar os fundamentos econômicos sobre os quais se apóia (sic) a existência das classes e, por conseguinte, a dominação de classe. Uma vez emancipado o trabalho, todo homem se converte em trabalhador, e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe (MARX, 2012a, p 96).

Lênin, em sua obra O Estado e a Revolução (2010), onde, também, analisa os erros e os acertos dos comunardos, através das observações de Marx e de Engels, denota que os comunardos buscavam substituir certas instituições estatais por outras essencialmente diferentes. Era um caso de “transformação de quantidade em qualidade” (LÊNIN, 2010, p.63). Suas ações eram medidas reformistas de ordem essencialmente governamental e política, as quais não atingiam a “expropriação dos expropriadores”, e se dava através da “socialização da propriedade privada capitalista dos meios de produção” (LÊNIN, 2010, p.65).

Entre os comunardos havia a veneração supersticiosa ao Estado e aos seus subalternos, assim como à democracia. Todavia, como Lênin expressava, o Estado e a democracia são impróprios a um projeto econômico socialista e comunista, pois “a supressão do Estado é igualmente a supressão da democracia e que o definhamento do Estado é o definhamento da democracia” (LÊNIN, 2010, p.100).

Ora! A democracia é a organização da violência sistematicamente exercida por uma classe contra a outra, assim ela “não se identifica com a submissão da minoria à maioria” (LÊNIN, 2010, p.100). O objetivo do socialismo científico é a supressão do Estado e de sua parnafenalhas coercitiva e reprodutora, assim também da democracia burguesa.

Quando os movimentos revolucionários se vislumbram pelo edifício estatal e buscam através dele desenvolver suas práticas, deixam de lado a lição de Marx e Engels: “Para nós, não se trata de reformar a propriedade privada, mas de abolir-la; não se trata de atenuar os antagonismos de classes, mas de abolir as classes; não se trata de melhorar a sociedade existente, mas de estabelecer uma nova” (FERNANDES, 2010, p.14).

Fora deste contexto acima, perde-se de vista a necessária emancipação humana, pois as práticas não vão para além da lógica do capital.

Tratando sobre das limitações da educação dentro de regime capitalista, István Mészáros e Ivo Tonet, abordam que as práticas educativas devem se dirigir para além do capital; devem tomar cunho revolucionário, pois

Limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa. Do mesmo modo, contudo, procurar margens de reforma sistêmica na própria estrutura do sistema do capital é uma contradição em termos (MÉSZÁROS, 2010, p.27, grifos do autor).

Mészáros explica ainda que mesmo as intenções subjetivas e objetivas mais puras em favor de uma educação formal emancipatória caem nos limites objetivos da estrutura irreformável, incontrolável e incorrigível do capital. E assim, a educação formal que poderia auxiliar no desenvolvimento dos indivíduos torna-se um instrumento do capital.

De fato, da maneira como estão as coisas hoje, a principal função da educação formal é agir como um cão de guarda ex-officio e autoritário para induzir um conformismo generalizado em determinados modos de internalização, de forma a subordiná-los às exigências da ordem estabelecida (MÉSZÁROS, 2010, p.55).

Exposto isso, Tonet (2012) propõe que devemos pensar em práticas educativas que estejam inseridas no campo da transformação revolucionária. Por isso, práticas que contribuíam para uma sociabilidade onde seja possível a formação integral dos sujeitos sociais. Pois, educar para a cidadania não significa educar para a emancipação humana, esta não se encontra na sociedade do capital, mas numa sociedade onde as explorações do homem pelo homem sejam extintas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hegel já havia dito que: os homens fazem a história. Marx, por sua vez, observou mais de perto e acrescentou: os homens fazem realmente a história, porém nem sempre sai como querem. A experiência da Comuna de Paris é um exemplo típico desta tese.

Os comunardos almejavam uma cidade democrática, autogestionária, onde houvesse a igualdade de todos. No entanto, suas ações ainda eram reformistas. Não compreendiam que aquela estrutura democrática que buscavam ainda bailava sobre os acordes de uma sociedade de classes. Todavia, o que se tratava ali era de acabar com a sociedade de classes e não reformar os seus aparatos. O que jogava contra o levante era a sua paixão revolucionária e desesperada, limitada pelas noções da liberdade burguesa revolucionária. Aliás, muitas das ações dos comunardos buscavam reaver os princípios defendidos pelos revolucionários burgueses.

Apesar disso, o legado da Comuna apresenta-nos elementos fundamentais para atermos nas nossas práticas revolucionárias de hoje. Suas ações de divorciar Igreja e escola, “Estado educador” e escola, são fundamentais hoje, pois, a “laicização” das escolas auxilia a compreendermos a objetividade das coisas através das ciências; e a ação estatal deve se ater apenas ao financiamento e ao fornecimento de pessoal, de material etc., para dá suporte as ações educativas e não de impor direta e indiretamente o como se deve educar.

No entanto, a maior contribuição dos comunardos, a nosso ver, foi onde eles erraram mais: tentar construir uma sociedade igualitária pela reformulação das estruturas reprodutoras do capital. Ora! Não é uma questão de “ordem”, de administração, de gestão, ou de “um Estado ser melhor que outro”, é a necessidade crônica de destruí-lo para construir uma sociedade de possibilidades, de emancipação humana nos termos de Marx e Engels.

REFERÊNCIAS

A EDUCAÇÃO NA COMUNA DE PARIS. dur. 91 min. (Editado por André Luciano da Silva do filme *La Comunn* -1871, dur. 330 min), 2014.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista.** Tradução de Waltensin Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CÁCERES, F. França: da Revolução à Comuna de Paris (Capítulo 23). In: **História Geral.** 4 ed. São Paulo: Editora Moderna, 2004, p.282-304.

ENGELS, F. Introdução à Guerra Civil na França. In: MARX, K. **A Guerra Civil na França.** São Paulo: Boitempo, 2012. (Coleção Marx-Engels).

FERNANDES, F. Apresentação. In: LÊNIN, V. **O Estado e a Revolução.** 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 09-17.

LÊNIN, V. I. **O Estado e a Revolução:** o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LOMBARDI, J. C. A educação e a Comuna de Paris: contribuição ao debate comemorativo dos 130 anos. In: BOITO, A.

(org.). **A Comuna de Paris na história**. São Paulo: Xamã, 2001, p. 157-168.

MARX, K. **A Guerra Civil na França**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012a. (Coleção Marx-Engels).

_____. **Crítica ao Programa de Gotha**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012b. (Coleção Marx-Engels).

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels).

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2010.

TONET, I. Educação e Formação Humana. In: **Educação contra o capital: educação e formação humana**. 2 ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012, p.75-86.

[1] Como Lombardi relembra (2001) o movimento da Comuna de Paris foi um levante democrático e popular, e que este movimento histórico não foi uma experiência de cunho socialista, pois “Como [Marx] reiterou mais tarde, em uma carta de 22 de fevereiro de 1881, endereçada a Domela Nieuwenhuis, a Comuna de Paris foi apenas ‘o levante de uma cidade, em condições excepcionais, e sua maioria não era, nem poderia ser, socialista” (BOTTOMORE, 2012, p 120).

[2] Karl Marx denunciava no *Primeiro Manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra franca prussiana (1870)* de que a guerra que se anunciava objetivava apenas anexar os territórios vizinhos, por isso, Marx alertava aos operários franceses e alemães sobre essas práticas egoístas da classe dominante, e para negar esta guerra dinástica (Ver MARX, 2012a, p.29-37).

[3] Uma boa e didática introdução acerca da França: da Revolução à Comuna de Paris encontra-se em Cáceres (2004, p.282-304).

[4] “Luís Bonaparte retirou aos capitalistas o poder político sob o pretexto de defendê-los, de defender os burgueses contra os operários e, por outro lado, de proteger os operários contra a burguesia” (ENGELS, 2012, p.11).

[5] Karl Marx analisa esse golpe em sua obra **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte (2011)**.

[6] Esta é uma edição do filme francês **La Comuna -1871** que retrata o movimento dos comunardos e de suas conquistas. A edição buscou agrupar as cenas que apresentavam a escola e a instrução na realidade destes insurgentes franceses, e foi organizada pelo discente de Pedagogia-Licenciatura André Luciano a pedido da professora Edna Bertoldo da Universidade Federal de Alagoas. O novo vídeo foi apresentado em 25 de junho de 2014 no mini auditório do Centro de Educação da UFAL. O filme completo tem 330min (5h50min), e a edição ficou com 91min (aproximadamente 1h52min).

[7] “Em agosto de 1790, foi votada a Constituição Civil do clero, que separou a Igreja do Estado e transformou os clérigos em assalariados do governo, a quem deviam obediência. O papa opôs-se a isso e a maior parte do clero negou-se ao juramento de fidelidade à Constituição” (CÁCERES, 2004, p.286).

[8] Cáceres (2004, p.282) expõe que o clero na sociedade francesa antes da Revolução consistia no *primeiro estado*, onde vivia do luxo e apoiava o Estado absolutista, muito de seus membros eram recrutados para altas funções públicas e não pagavam impostos. Já a nobreza era o *segundo estado* que vivia junto à corte e usufruía dos bens, dos bailes, das caçadas etc., além disso, o rei lhe pagava pensões. Depois, no século XVIII, começaram a ocupar altos cargos da administração e do exército. Por fim, temos o *terceiro estado* que era representado pela burguesia e pelas camadas populares – de operários, de artesões e de camponeses. Estes últimos eram o que pagavam mais impostos e assim sustentavam os demais estados que eram parasitários.

Graduando em Pedagogia-Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, integrante do grupo PIBIC: Teoria marxista do Estado: gênese ontológica, extinção e ontonegatividade da política. E-mail: andre-ses2@hotmail.com

Recebido em: 08/07/2015

Aprovado em: 08/07/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: